

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A ESCRITA DE HISTÓRIAS DE LITERATURA E A QUESTÃO DA REALIDADE

Marcello de Oliveira Pinto (UERJ)

Os últimos anos do século passado viram surgir uma nova configuração no espaço da produção historiográfica. Desta expansão originaram-se vários campos novos de estudo como, por exemplo, a história mundial e as histórias regionais, que desbancaram a história nacional como discurso hegemônico da nação, esta última predominante no século dezenove. Tal pluralidade de discursos provocou um redirecionamento não só das questões que orientam os estudos historiográficos como também os pressupostos deste fazer. Além disso, o movimento pluridisciplinar do século vinte evidenciou a tentativa de alargar as fronteiras dos discursos das ciências sociais, estabelecendo laços cruciais para as descrições dos pressupostos teóricos e empíricos do fazer historiográfico. No campo da história da literatura, a repercussão deste movimento produziu novas perspectivas para a sua descrição. Neste ensaio, pretendo apontar para um dos pressupostos que povoam as discussões atuais daqueles que investigam a produção da história: o conceito de realidade. No intuito de discutir como esse conceito se engendra no campo dos estudos da história, farei uma breve apresentação do caminho recente do fazer historiográfico e da escrita de histórias de literatura. Nesta parte não pretendo esgotar os detalhes do debate sobre o fazer historiográfico, mas apenas esboçar alguns elementos e obras que se relacionam às caracterizações do conceito de realidade nos debates sobre relativismo cultural. Em seguida, escolho uma definição de realidade baseada no Construtivismo Radical alemão como uma alternativa e discuto, na última parte deste trabalho, como esta perspectiva construtivista pode orientar uma produção de histórias.

AS EXPERIÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS

No início dos anos 70 a atenção para os pressupostos da escrita de histórias de literatura aumenta graças ao texto *A história da Literatura como provocação à teoria literária*, publicado em 1967 por Jauss (1994). Neste, ele propõe que se reoriente a produção destas

histórias a partir da figura do leitor e de como a recepção da obra se articula no contexto espaço-temporal. Desta forma, assim como aponta Olinto (1996), “ele questiona teses monocausais e globalizantes e, também, conceitos evolutivos lineares a favor de explicações multicausais, funcionais e estruturais”. A história literária passa a ser pensada como um processo de transformação e de caráter mais aberto, no qual a dinâmica descontínua e não teleológica do sistema literário e cultural, em suas múltiplas temporalidades, é levada em consideração. Hans Robert Jauss, assim como Haroldo de Campos (1972) posteriormente no Brasil, sugere a escrita de uma história não-linear e que realce as mudanças no horizonte de recepção das obras, na sua pluralidade e diversidade de tempos. Neste sentido, Haroldo de Campos aspirou construir uma historiografia sincrônica da literatura brasileira, cujo objetivo era reinterpretar e reavaliar, numa ótica estético-criativa, o paradigma cristalizado da tradição. Posteriormente, No fim da década de 80, início dos anos de 90, o interesse na esfera do agir do leitor e os aspectos da recepção tornam-se mais acentuado e as questões pertinentes à configuração social deste ganham força. Nesta época surge, em âmbito internacional, uma série de projetos que apresentam uma proposta que acentua a diversidade, a complexidade e a contradição destas configurações como elementos norteadores da sua construção em oposição a perspectivas globais e homogeneizantes (OLINTO, 2000b). São eles *A Columbia Literary History of the United States* (ELLIOT, 1988) e *A New History of French Literature* (HOLLIER, 1989). Já no fim do século passado, a obra *1926: Vivendo no Limite do Tempo* (1999), de Hans Ulrich Gumbrecht, propõe um afastamento da cronologia dos elementos que a formam, organizando sua estrutura através de descrições empíricas, que criam um estado de contato com a época em questão através da experiência das referências.

Estes últimos exemplos apontam para uma dinâmica da reflexão sobre as formas de se escrever histórias de literatura que levam em consideração a relatividade e a construtividade dos conceitos que determinam suas estruturas e seus alicerces epistemológicos. Todos estes elementos apontam para a percepção da sociedade como uma instância plural, um espaço de construções de sentido múltiplas e que se baseia num relativismo das suas estruturas principais. O resultado de uma produção historiográfica neste universo seria uma descrição

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

histórica também múltipla. Seria então o fato histórico desligado de uma estrutura social específica e imutável que o justifica e passaria ele então a ser considerado apenas como uma construção do observador-historiador? Nas próximas linhas debatarei como este relativismo é visto pelos estudiosos da historiografia e como pensar estas questões da constituição das sociedades através dos conceitos de realidade.

A FRONTEIRA ENTRE FATO E FICÇÃO A QUESTÃO DO RELATIVISMO CULTURAL E O CONCEITO DE REALIDADE

Uma das críticas feitas pela tradição historiográfica aos pressupostos da nova história é a questão do relativismo cultural. Com a ascensão do preceito de “história total”, o que antes era considerado como imutável na sociedade passa a ser visto como produto de uma complexa rede de interações sujeita às particularidades epocais e espaciais. Isto quer dizer que a sociedade e suas estruturas podem ser concebidas como uma construção cultural. O que antes era extremamente confortável torna-se impreciso e amplo, levando muitos estudiosos a pensarem não mais nas fronteiras do conceito, mas na sua alteridade. Um novo problema é posto: como e por onde definir o conceito de cultura?

Conceito caro às teorias sociais, a cultura pode ser definida de várias formas. Uma das mais típicas era a idéia de se associar cultura às artes, a filosofia, às ciências naturais e a música, o que muitos chamam de cultura *opera house*. Essa visão, segundo Burke (1992), produziu uma descrição marcante destas ações a partir da análise de como elas são moldadas pelo meio social. Esta observava como a estrutura social (os meios de produção, por exemplo) influenciava e determinava reflexos nestas atividades. Esta postura, muito adotada por alguns teóricos da arte e da literatura, sofreu duras críticas nos últimos anos. Uma destas linhas antagônicas direciona o conceito de cultura para as manifestações periféricas da sociedade e como estas articulam a perspectiva simbólica do comportamento humano. Destarte, Abandona-se a idéia de um local específico como ponto de referência para um conceito totalizante da cultura e passa-se a procurar entender os sistemas de significado produzidos no âmbito social (pa-

drões culturais). Mais recentemente, o que se pode chamar de criatividade coletiva passou a indicar a potencialidade construtiva do fazer social que destaca a importância do pensamento e da imaginação na produção da sociedade. É o advento do imaginário social. Uma outra contribuição a este debate aponta para o conjunto de estratégias que permitem aos indivíduos produzir uma série de alternativas de ação em um ambiente que está sempre em modificação. Estes “esquemas”, assim como denominados por Bourdieu (1977), sugerem uma adaptabilidade dos atores sociais, que delineiam possibilidades de abordagens a um fenômeno social específico a partir da criatividade cultural que permite ao indivíduo entender este fenômeno através do abalo (ou desconstrução) de suas estruturas formadoras.

Todas estas contribuições até aqui esboçadas convergem para a percepção de que a organização social é produto de uma série de operações que estabelece, molda, mantém e reorganiza suas próprias estruturas, evidenciando uma característica construtiva da sociedade. Surge, então, a necessidade de se debater como se processam estas operações. Neste ponto da discussão, sugiro encontrar um dos argumentos dimensionadores destas questões nas teorias do Construtivismo Radical.

O CONSTRUTIVISMO RADICAL

O Construtivismo Radical, teoria que nasceu na Alemanha há cerca de 20 anos, propõe redimensionar as bases da ciência e da filosofia com a sua abordagem às questões da natureza da cognição e sobre como adquirimos conhecimento. Nas palavras de Glasersfeld (1996) trata-se de

... uma abordagem não convencional do problema do conhecimento e do conhecer. Ela parte da premissa de que o conhecimento, não importa como ele é definido, está na cabeça das pessoas, e que o sujeito pensante não tem alternativa senão construir o que ele ou ela sabe com base na sua própria experiência.

O Construtivismo Radical tem como pressuposto absoluto a noção da construção como fator determinante da realização do ser humano. Para esta corrente, o que fazemos com a experiência constitui o único mundo que conscientemente vivemos. Todas as experiências são essencialmente subjetivas e, embora se tenham razões para

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

acreditar que experiências vivenciadas por diferentes pessoas possam ser muito parecidas, o sujeito não possui recursos para saber se isto é verdade. As experiências da linguagem e da interpretação não são exceções. Esta posição deriva de pressupostos básicos de várias áreas do saber, como por exemplo da psicologia e da teoria cognitiva de Piaget, da filosofia de Berkeley e de Vico e mais expressivamente de Humberto Maturana, biólogo chileno.

CONSTRUÇÃO DE REALIDADES

Conforme descrito na seção anterior são os indivíduos que constroem, em sociedade, a sua realidade. Quais seriam, então, os processos constitutivos da realidade? No intuito de dar conta da definição de realidade, tentarei estabelecer uma comparação com outro conceito, também central nas discussões sobre literatura e história da literatura: o conceito de ficção.

Ao dicotomizar o existir humano em caverna e sol, no livro XII de A República, Platão inaugura a divisão metafísica entre realidade e idealidade. Reiterando esse distanciar, a produção artística também é afastada da realidade, e torna-se mimese. A história dos estudos literários fundamentou-se por muito tempo nestes conceitos. Recentemente Iser em *O Fictício e o Imaginário* (1996) refuta o dualismo platonista e concebe três reinos: o real, o ficcional, e o imaginário. Nas suas palavras

Ficções não só existem enquanto textos ficcionais, mas também desempenham um papel tão fundamental nas atividades do conhecimento, do agir, do comportamento quanto na fundação de instituições, sociedades e visões do mundo.

Seguindo o mesmo pensar do autor acima, Costa Lima (1995) no seu estudo sobre a mimese, afirma que "a ficção não representa a verdade, mas tem por ponto de partida o que criadores e receptores têm por verdade" (COSTA LIMA, 1995: 306). A sociedade depende, portanto, de uma estabilização ou da construção de um domínio de relações em comum.

A questão dos domínios ocupa um lugar central na obra de Maturana e Varela. Um domínio é uma descrição de um mundo gerado pelos observadores. Estes domínios são construídos graças à

plasticidade estrutural dos sistemas cognitivos, que dependem desta plasticidade para se manterem e interagirem com o seu ambiente. O domínio lingüístico, ou o domínio consensual de interações comunicativas, é de extrema importância para este processo de interações. No que diz respeito a sua descrição, Maturana e Varela (1980) apontam como característica principal da sua formação a construção de orientações comportamentais específicas (comunicativas), pelas quais os organismos acoplados orientam-se mutuamente. O conjunto de todos os comportamentos lingüísticos que um indivíduo pode realizar é o seu domínio lingüístico.

Não há, de acordo com a teoria aqui descrita, correspondência entre um comportamento lingüístico e a ação que ele coordena, por exemplo, não há semelhança entre a palavra mesa e o processo de construção de distinções que o observador processa ao observar a unidade mesa. Há, na verdade, um sem número de formas que uma interação pode ser estabelecida (mesa, *table*, *tafel*, etc.). Na coordenação lingüística destas ações e interações os seres humanos dão vida a um novo domínio, o da linguagem. Os observadores operam na linguagem quando eles percebem que os objetos das suas distinções lingüísticas são objetos do seu domínio lingüístico. Isto quer dizer que o observador vive na linguagem e a percebe quando vê que os objetos do seu domínio lingüístico são elementos deste próprio domínio, ou seja, são objetos da linguagem.

Para um observador, dizem Maturana e Varela (1998) “A ordenação lingüística de ações aparece como distinções lingüísticas. Elas descrevem objetos no ambiente daqueles que operam num domínio lingüístico”. Portanto, quando um observador age num domínio lingüístico, ele opera num domínio de descrições. O domínio lingüístico torna-se parte do ambiente no qual as coordenações lingüísticas acontecem. Ao usar a linguagem para perfazer suas observações o observador recorre à linguagem e todas as suas descrições são descrições lingüísticas. A descrição que faço agora é um exemplo. Estou usando a linguagem para fazer uma descrição da linguagem. Os seres humanos são seres humanos no evento da linguagem. Os autores supracitados afirmam (*idem*)

Por termos a linguagem, não há limites para o que podemos descrever, imaginar ou relatar. Ela (a linguagem), portanto, permeia toda nossa ontogenia como indivíduos: do ato de andar às atitudes políticas.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A linguagem em uso, ou *linguagir*, não transmite nenhuma informação, mas refere-se à atividade social que surge com a coordenação de ações que foram acopladas no processo de mútua adaptação pelos membros de um grupo social. Sem tal coordenação do agir não haveria a possibilidade de se fazer a linguagem e de se descrever. Sem esta possibilidade da descrição, o observador não teria como fazer com que as suas distinções se tornassem conscientes, e nem tão pouco operar distinções entre ficção e realidade.

Portanto, em relação à construção de padrões que possam delinear uma diferença entre ficção e realidade, Costa Lima (1995: 306) atesta que “o ficcional literário tem um potencial questionador enquanto as 'ficções do cotidiano' dependem de que os parceiros não as ponham em discussão”. A mimese social, ou realidade, assim sendo, esta relacionada à consolidação das normas sociais e depende de uma estabilidade. Contudo, esta não é imutável. A realidade é mutante no sentido de que novas construções adquirem, quase sem que se perceba, legitimação social. Assim como as ficções literárias, elas se caracterizam como fatos sociais que dependem da legitimação da sociedade. Vejamos como tal ação se desenvolve na visão do Construtivismo Radical.

Neste processo de construção de realidades, ou de construção da ordem como colocado por Foester (1996), vários fatores são cruciais. O primeiro deles é o ruído externo, ou seja, os estímulos sensoriais percebidos pelo sistema nervoso através dos sentidos. Em segundo lugar os esquemas para a cultura da ordem, ou seja, as rotinas comportamentais desenvolvidas num domínio lingüístico. O terceiro é o processo de criação de critérios de avaliação das estratégias e resultados das ações do sistema cognitivo. Além destes, a motricidade sensorial tem papel fundamental neste processo de estabilização, pois é mediadora da experiência neuronal e da sensorio-motora. O último item deste processo é a memória, que retém toda a experiência e todos os esquemas e os tornam presentes como referência ao agir. Do entrelaçamento destes fatores e operações emerge aquilo que chamamos de *saber*, de *experiência*, de *sentimento*. Para se provar, por exemplo, que temos consciência de algo, não é a sua comparação com a "realidade" que será usada, mas sim a sua viabilidade, aplicabilidade e sucesso no plano social. Estas categorizações são atingidas no agir e no comunicar, ou seja, na recorrência das aberturas

operacionais e congruências estruturais em sociedade (domínio social e lingüístico), que acontecem pela e na linguagem (domínio da linguagem). Este é um processo contínuo que coloca as individualidades cognitivas num paralelismo parcial e operacional. Na medida em que eles geram hipóteses de realidade comparáveis surgem domínios sociais. Neste sentido todo o comportamento social se baseia num modelo de realidades que foi gerado pela comparação em paralelo de ficções de realidade criadas pelos sistemas cognitivos. Os membros deste sistema social agem e comunicam sobre a base de modelos de realidade e agem socialmente para alterá-los. Sem a possibilidade de abertura operacional, que denominamos interação, tal contato social não seria possível e não haveria a possibilidade de construções interpessoais. As ficções socialmente construídas, validadas e aproximadas formam o domínio de referência das comunicações e da vida das individualidades cognitivas (e não a realidade ontológica). Assim sendo, os seres humanos constituem ambientes viáveis à sua sobrevivência e adquirem experiências em domínios consensuais com outros seres humanos. Portanto, a fronteira entre ficção e realidade é uma questão heurística e dependente da relação entre os membros de um grupo social. A realidade não se manifesta ou é apreendida, assim como afirmam várias correntes da filosofia: ela é uma relação dinâmica e mutável.

CONSEQÜÊNCIAS PARA UMA ESCRITA DE HISTÓRIA DA LITERATURA

De acordo com os pressupostos descritos acima se geram os seguintes desdobramentos relativos à composição das relações humanas e sociais: a) todo o conhecimento depende do observador; b) conhecer é sinônimo de fazer (MATURANA e VARELA, 1998) e só se viabiliza pelo e no agir; c) não existe conhecimento ontológico ou objetivo. Conceitos como saber absoluto, verdade suprema, princípios últimos não coadunam com os pressupostos descritos acima; d) a função da linguagem é a produção de campos consensuais de conduta dos observadores na sociedade; e) a comunicação é oriunda da construção de campos interativos comuns e do desenvolvimento de esferas consensuais resultantes da acoplagem estrutural dos observadores; f) o que chamamos de interação pode ser entendida como uma

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

abertura operacional que ocorre anteriormente a qualquer comunicação; g) os sinais da linguagem “materializam” experiências comunicativas. Eles não se referem à entidades não verbais na “realidade”, mas ao nosso conhecimento comum de possíveis referências. Os sinais da linguagem se referem à práticas (ações) sociais.

A partir desta perspectiva, uma teoria da escrita de história da literatura que leve em consideração o conceito de realidade como uma construção deve se orientar de acordo com os seguintes preceitos: a) O princípio de construtividade da realidade deve ser considerado no processo de escrita das histórias de literatura. Isso gera a percepção de que os fatos históricos não podem ser considerados como fontes ontológicas da verdade histórica. Eles são peças constitutivas de um domínio social específico e um foco particular na descrição do passado. Além disso, toda a combinação de fatos históricos é uma construção dependente do sujeito e das escolhas teóricas por ele feitas, e que deve ser avaliada como pertinente em relação aos pressupostos, interesse e conjunto de valores de seus pares que, interagindo numa comunidade, aceitam uma história de literatura como uma história válida; b) A noção de fonte histórica também precisa ser problematizada em relação a seu status como narrativa ou descrição do passado. Seja qual for a sua origem (documentos oficiais, imagens fotográficas, depoimentos, etc.), elas são também construtos e como tal devem ser tratadas como visões de mundo. Uma das tarefas do historiador da literatura talvez seja a de observar não mais estes fatos como representativos do passado, mas estabelecer percepções de superfície das suas relações semânticas num domínio comunicativo; c) A criatividade e a imaginação como instrumento de acoplagem que possibilita a geração de conceitos, organizações de processos cognitivos, de modelos de comportamento e de metodologias para a construção de descrições históricas plausíveis devem ser levadas em consideração. Estes fatores representam a capacidade das individualidades cognitivas de criar laços em domínios específicos, gerando soluções na busca do equilíbrio com o ambiente. Desta maneira, a produção de histórias de literatura coloca-se como um instrumento neste processo de adaptação e acoplagem, talvez encontrando a sua função no domínio social, e não mais como um instrumento de projeção do futuro construído com objetivos didáticos; d) A própria idéia de tempo também precisa ser reorganizada. Uma res-

posta para o que seria o tempo não pode obter mais como resposta algo considerado como uma entidade independente (Maturana, 1978,). Esta idéia deve ser abordada pela tentativa de se descobrir quais características de coerência são conotadas no seu significado, quando a usamos. Na nossa cultura, a idéia de tempo funciona como um princípio explicativo e heurístico, assim como a noção de realidade. Maturana (1988) atesta que a palavra tempo conota uma abstração da ocorrência de processos em seqüências, assim como as pessoas os distinguem na coerência da organização de suas experiências nas várias dimensões e formas de existência humana. Assim sendo, cada forma de abstração das regularidades das experiências de processos e de seqüências de processos pressupõe uma definição de tempo. Cada domínio tem a sua própria dinâmica processual e temporal. Este princípio de descrição da seqüencialidade nos domínios é caracterizado como o tempo. A questão que se coloca é a de que a consciência de que a noção de tempo surge como uma abstração (ou descrição semântico-heurística) das coerências de experiências do observador e que ele ou ela utiliza como uma noção explicativa não deve ser substituída por uma noção de tempo que se torna um princípio explicativo transcendental e ontológico para as experiências humanas e nem para as descrições semânticas dos processos históricos da literatura. Além disso, a idéia de uma tríplice divisão do tempo em passado, presente e futuro preconiza apenas uma organização intersubjetiva que ordena e dá sentido as experiências. No que diz respeito às descrições semânticas destas experiências, estamos sempre no presente dos seus acontecimentos, Desta maneira, as descrições históricas são construções no presente e que tematizam dinâmicas descritivas das experiências dos indivíduos.

PALAVRAS FINAIS

Muito embora as teses aqui levantadas sejam provisórias, elas direcionam as questões da escrita de histórias literárias para os fundamentos da sua própria construção, de acordo com as propostas atuais da área. Fica então em aberto o próximo desafio que será avançar nos debates sobre a constituição e metodologias para a escrita de histórias e o desafio de se pensar nas estratégias para a concretização de um novo projeto de uma história da literatura e efetivamente con-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

cretizá-los nos moldes propostos a partir das novas questões colocadas pelos estudiosos desta área.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIE, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: [s/e.], 1977.

BURKE, P. *A Escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992

COSTA LIMA, L. *Vida e Mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ELLIOT, T. et alii. *Columbia literary history of the United States*. New York: Columbia UP, 1988.

FOESTER, H. "Visão e Conhecimento: Disfunções de Segunda Ordem" in SCHNITMAN, D. F. (org.) *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: R Editora, 1996.

GUMBRECHT, Hans U. *Em 1926. Vivendo no limite do tempo*. São Paulo: Record, 1999.

CAMPOS, Haroldo de. "Por uma poética sincrônica". In: *A arte no horizonte do provável*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 205-223.

HOLLIER, Denis. "On Writing Literary History". In: —. (org.). *A new history of French Literature*. Cambridge: Harvard UP, 1989, p. XXI-XXV.

ISER, W. *O Fictício e o Imaginário – Perspectivas de uma Antropologia Literária*. Trad. Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996

JAUSS, Hans Robert. *História literária como Provocação à Teoria Literária*. São Paulo: Ática, 1994.

MATURANA, H. "Biology of Language: The Epistemology of Reality" in MILLER, G. & LENNEBERG, E. (Eds.) *Psychology and Biology of Language and Thought*. New York: Academic Press, 1978.

———. “Reality: The search for objectivity or the quest for a compelling argument”, *The Irish Journal of Psychology*, Vol. 9 (1988), no. 1, pp. 25-82.

MATURANA, H. & VARELA, F. “Autopoiesis: the organization of the living” in: *Autopoiesis and Cognition* (Maturana & Varela, 1980), pp. 63-134.

———. *The tree of Knowledge. The biological Roots of human Understanding.* (revised Edition). Boston: Shambhala Publications. 1998.

OLINTO, H. K. “Interesses e paixões: histórias da literatura”. In: ——. (Org.). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs.* São Paulo: Ática, 1996. p.15-45.

OLINTO, Heidrun Krieger. “Como falar de Histórias (de literatura?) Hoje?” In: ——. (Org.). *Revista Palavras.* Rio de Janeiro: Trarepa, 2000. p.114-123.

———. 1001 histórias (de literatura). In: www.unicamp.br/iel/histlist/heidrun.htm, acessado em 06/04/ 2000.

PLATÃO. *A República.* Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.